



## Empreendedorismo e reconfigurações do mundo do trabalho na Argentina: entrevista com a socióloga argentina Mariana Busso<sup>1</sup>

Mayco Lima da Silva<sup>2</sup>

Laura Senna Ferreira<sup>3</sup>

**Resumo:** A reestruturação capitalista a partir da década de 1970 deu origem a um “novo” mundo do trabalho, marcado pela flexibilização e precariedade laboral. Nesse contexto, vimos emergir o fenômeno do empreendedorismo-precário. A presente entrevista, realizada com a socióloga do trabalho Dra. Mariana Busso, buscou debater as recentes transformações que reconfiguraram o mundo do trabalho na Argentina, abordando temas como a atuação do Estado frente a essas transformações, a emergência do fenômeno do empreendedorismo no país, as mudanças na legislação do trabalho, a atuação de sindicatos e movimentos sociais e a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Mariana Busso é pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, professora da Universidad Nacional de La Plata e diretora do Laboratorio de Estudios en Sociología y Economía del Trabajo.

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada no dia 18 de junho de 2024, na semana seguinte a aprovação, pelo Senado da Nação Argentina, da chamada Lei de Bases. A entrevista foi realizada de forma presencial, o que só foi possível graças ao Programa de Mobilidade de Estudantes de Pós-graduação da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM); pelo financiamento da mobilidade que resultou neste trabalho, agradecemos à Universidade Federal de Santa Maria e à Universidad Nacional de La Plata.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Brasil - maycolimadasilva@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2516-0700>.

<sup>3</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Brasil - laurasennafe@hotmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0003-4564-1971>.

**Palavras-chave:** empreendedorismo; trabalho precário; trabalho flexível; neoliberalismo; legislação trabalhista.

### **Entrepreneurship and reconfigurations of the world of work in Argentina: an interview with Argentine sociologist Mariana Busso**

**Abstract:** Since the 1970s, the capitalist restructuring has given rise to a “new” world of work, marked by flexibilization and job insecurity. In this context, we have seen the emergence of the phenomenon of precarious entrepreneurship. This interview, with labor sociologist Dr. Mariana Busso, sought to discuss the recent transformations that have reconfigured the world of work in Argentina, addressing issues such as the role of the State in the face of these transformations, the emergence of the phenomenon of entrepreneurship in the country, the changes in labor legislation, the role of unions and social movements and the inclusion of young people in the labor market. Mariana Busso is a researcher at the Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, a professor at the Universidad Nacional de La Plata, and director of the Laboratorio de Estudios en Sociología y Economía del Trabajo.

**Keywords:** entrepreneurship; precarious work; flexible work; neoliberalism; labor legislation.

### **Emprendedorismo y reconfiguraciones del mundo del trabajo en Argentina: entrevista con la socióloga argentina Mariana Busso**

**Resumen:** La reestructuración capitalista, a partir de la década de 1970, dio origen a un «nuevo» mundo del trabajo, marcado por la flexibilización y la precariedad laboral. En este contexto, hemos asistido a la aparición del fenómeno del emprendedorismo precario. Esta entrevista, realizada con la socióloga del trabajo Dra. Mariana Busso, buscó discutir las recientes transformaciones que han reconfigurado el mundo del trabajo en Argentina, abordando temas como la actuación del Estado frente a estas transformaciones, la emergencia del fenómeno del emprendedorismo en el país, los cambios en la legislación laboral, la actuación de los sindicatos y movimientos sociales, y la inserción de los jóvenes en el mercado de trabajo. Mariana Busso es investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, profesora de la Universidad Nacional de La Plata y directora del Laboratorio de Estudios en Sociología y Economía del Trabajo.

**Palavras-chave:** empreendedorismo; trabajo precario; trabajo flexible; neoliberalismo; legislación laboral.

## 1. Introdução

O “novo” mundo do trabalho que começou a se constituir, em esfera global, a partir da década de 1970, através de um processo de reorganização do capital que se deu por meio de uma reestruturação produtiva e econômica e de um reajuste político e social, tem a flexibilização do trabalho como uma de suas principais características. Para David Harvey (2008), essas mudanças marcam a transição do capital para uma nova etapa de acumulação, que o autor denominou etapa flexível da acumulação capitalista. Para os trabalhadores, esse processo representou um significativo aumento da precarização do trabalho. A ofensiva neoliberal contra a legislação e os direitos do trabalho e o enfraquecimento de políticas sociais contribuíram para que se efetivasse aquilo que Ricardo Antunes (2009b: n. p.) classificou como um “incomensurável processo de corrosão e erosão” do trabalho. No entanto, a erosão do trabalho não significou um adeus ao trabalho; representou, muito antes, uma metamorfose deste<sup>4</sup>. É neste contexto de condições de vida e de trabalho que o fenômeno do empreendedorismo emerge como um “novo subterfúgio [...] no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será” (Antunes, 2018: 44). Os empreendedores sem propriedade, “burgueses-de-si-próprio e proletários-de-si-mesmos” (Antunes, 2018), fazem parte da “nova” classe trabalhadora, presente no “novo” e precário mundo do trabalho<sup>5</sup>: a *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2009). De maneira geral, esses “empreendedores” desenvolvem trabalhos informais, sem regulamentação, ou com flexibilização regulamentada por mecanismos que buscam ocultar o caráter precário do trabalho realizado. Nesse contexto, o discurso empreendedor, ao ressignificar o trabalho precário de forma positiva, fornece aos trabalhadores a justificação e a legitimação da precariedade (Lima & Oliveira, 2021).

A presente entrevista buscou debater as recentes transformações que reconfiguraram o mundo do trabalho na Argentina, abordando temas como a atuação do Estado frente a essas transformações, a emergência do fenômeno do empreendedorismo no país, as mudanças na legislação do trabalho, a atuação de sindicatos e movimentos sociais e a inserção dos jovens no mercado de

---

<sup>4</sup> ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

<sup>5</sup> Ver *O novo (e precário) mundo do trabalho*, de Giovanni Alves (2000).

trabalho. Nossa entrevistada, a professora e pesquisadora Dra. Mariana Busso, é doutora em Ciências Sociais pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA), mestre e especialista em Ciências Sociais do Trabalho pela UBA e licenciada em Sociologia pela *Universidad Nacional de La Plata* (UNLP). Atualmente, é pesquisadora independente do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas* (CONICET), professora titular da *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación* (FaHCE) da UNLP e diretora do *Laboratorio de Estudios en Sociología y Economía del Trabajo* (LESET-IdIHCS). Em suas pesquisas, desenvolve os seguintes temas no campo da Sociologia do Trabalho: juventude e trabalho; trabalho e informalidade; precariedade do trabalho; riscos psicossociais do trabalho; trabalho e identidade; e trabalho e ação coletiva. Foi a partir da sua experiência como pesquisadora que, nessa entrevista, Mariana Busso analisou as recentes transformações pelas quais passou e ainda passa o mundo do trabalho na Argentina.

## 2. De modo geral, quais são as principais características do mundo do trabalho na Argentina hoje?

Para entender um pouco as características do mundo do trabalho na Argentina atual, proponho duas chaves de leitura: uma, que tem a ver com as características do mundo do trabalho no país e, portanto, com a história do mercado de trabalho argentino; e outra, que diz respeito à relação que o mundo do trabalho argentino estabelece com o contexto global no qual se insere. Se tomarmos em conta a história do mercado de trabalho argentino, a primeira coisa a se dizer é que ele teve sua particularidade histórica em relação aos mercados de trabalho de outros países latino-americanos: em meados do século XX, a Argentina era um dos países latino-americanos com maior taxa de assalariamento; além disso, os sindicatos têm, historicamente, desempenhado um papel central, não só no mundo do trabalho como também na cena política nacional, sendo as centrais sindicais e o movimento dos trabalhadores organizados atores primordiais da cena política e político-partidária do país. Esse cenário, preponderante no mercado de trabalho argentino em meados do século passado, marcado pela presença do trabalhador assalariado formal do tipo capitalista clássico, começa a se modificar, principalmente a partir da ditadura dos anos 1970. O movimento de redução da presença do trabalhador assalariado formal é parte tanto de um processo particular, que foi a ditadura na Argentina<sup>6</sup>, como de um processo que

6 A última ditadura argentina teve início em 1976 e perdurou até 1983.

se deu em escala global e que marcou o fim da centralidade do trabalhador assalariado industrial do tipo fordista no mundo do trabalho e a emergência de um novo perfil de trabalhador e de novas formas de assalariamento. Essa redução do trabalho assalariado industrial foi acompanhada pelos aumentos do número de trabalhadores por conta-própria e do trabalho não registrado, que atualmente passa a ser quase a maioria do mercado de trabalho em nosso país. Podemos dizer que metade do mercado de trabalho argentino atual é composto por trabalhadores assalariados registrados e a outra metade, por trabalhadores assalariados não registrados ou contapropristas<sup>7</sup> — o que chamamos frequentemente de trabalhadores informais. Então, o que vemos no mercado de trabalho argentino, desde as décadas finais do século passado, mas com grande crescimento nos últimos anos, é a escalada do contaproprismo e dos trabalhadores assalariados não registrados; isso tudo acompanhado por este processo de desassalarização da classe trabalhadora e de incremento do contaproprismo que se dá em escala internacional. Essa caracterização geral pode contribuir para explicar a diminuição nos índices de desocupação que temos presenciado. As taxas de desocupação vêm diminuindo, não só na Argentina, mas também em outros países do mundo. Em nosso país tivemos, por muitos anos, taxas de mais de 10% de desocupação — no caso dos jovens, a desocupação chegou a mais de 20% na época da crise de 2001; hoje, a desocupação é de cerca de 5%, número praticamente inexpressivo para a história do nosso mercado de trabalho. Nesse sentido, estamos convencidos de que esta maneira de medir a desocupação, como uma busca ativa de trabalho, está desaparecida. Hoje, para grande parte da sociedade, é indispensável autogerar seus meios de vida, isto é, autogerar diferentes atividades produtivas e produtoras de renda. Então, como caracterização geral do mundo do trabalho e como fenômenos que estamos vendo atualmente de maneira muito exacerbada no nosso país, temos a redução do trabalho assalariado, o incremento do contaproprismo, a propagação do discurso empreendedor, a redução das taxas de desocupação e o crescimento do que chamamos de multiatividade.

### 3. Como o Estado tem agido, em relação ao mundo do trabalho, desde os governos kirchneristas até o atual governo do Javier Milei? Qual tem sido o papel do Estado no conflito entre capital e trabalho?

Para entender a relação do Estado com o mundo do trabalho, temos que pensar que, desde os governos de Néstor e Cristina Kirchner, passando pelos

---

<sup>7</sup> Aqueles que trabalham por conta própria.

de Mauricio Macri e de Alberto Fernández, até o de Javier Milei<sup>8</sup>, temos tido tanto governos mais próximos do movimento obreiro organizado e que com ele dialoga quanto governos mais combatentes a este movimento. Temos, assim, tanto no período *kirchnerista* de Néstor e Cristina como no governo de Alberto Fernández, uma proximidade do movimento obreiro organizado e dos movimentos sociais, o que não quer dizer que os conflitos foram inexistentes. E temos, tanto no governo de Mauricio Macri como no de Javier Milei, governos mais opositores ao movimento obreiro, que estão ancorados em princípios neoliberais e que, desde o plano discursivo, mas também desde os fatos, têm estado claramente ao lado do capital, favorecendo-o. Então as políticas têm sido e são, claramente, diferentes. Os governos *kirchneristas* foram, por exemplo, acompanhados inicialmente pela *Confederación General del Trabajo de la República Argentina* (ou Confederação Geral do Trabalho da República Argentina (CGT)) e, durante seus anos de mandato, houve grande impulso ao que é a *Central de Trabajadores de la Argentina* (ou Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA)), fazendo com que este instrumento ganhasse uma força importante durante esse período, desde o aspecto formal-legal — acompanhando os pedidos para a possibilidade de filiação de trabalhadores não registrados, onde se modifica a lei de associações sindicais, permitindo a ampliação das bases de filiação — até a participação de líderes da CTA em listas para a Câmara de Deputados. O mesmo aconteceu no governo de Alberto Fernández, em que as principais referências dos movimentos de trabalhadores da economia popular passam a ser parte do Estado, tornando-se funcionários políticos do Estado. Nesse sentido, ser parte do governo gerou várias tensões a estes movimentos de trabalhadores, sobretudo no caso do movimento de trabalhadores da economia popular<sup>9</sup>, que muitas vezes encontrou maiores dificuldades nesta relação. Por exemplo, no governo de Alberto Fernández, dirigentes destes movimentos ocupavam as principais salas do Ministério do Trabalho e do Ministério do Desenvolvimento

8 Néstor Kirchner governou a Argentina de maio de 2003 a dezembro de 2007 e foi sucedido por Cristina Kirchner, que teve seu mandato até dezembro de 2015, quando Mauricio Macri assumiu a presidência. Em dezembro de 2019, Macri foi sucedido por Alberto Fernández, que governou o país até dezembro de 2023. Javier Milei assumiu o poder executivo em dezembro de 2023 e se mantém no cargo até o presente momento.

9 Em termos empíricos, a economia popular se aproxima de um empreendedorismo pobre ou por necessidade. No entanto, a categoria também inclui o trabalho em cooperativas — organizadas politicamente. Sobre a tradição iniciada pelo movimento de trabalhadores desocupados e pelo movimento de empresas recuperadas, se gestou, nas últimas décadas, no caso argentino, um ator econômico e político que ficou conhecido como Economia Popular. Para mais, ver o artigo de Mariana Busso, de Federico M. González e de Brenda Brown (2022) intitulado *La Economía Popular como actor económico. La construcción de su identidad colectiva en tiempos de Pandemia*. Disponível em: <http://iigg.sociales.uba.ar/2022/12/07/estructura-social-de-argentina-en-tiempos-de-pandemia-2/>.

Social e isso gerou maiores dificuldades para conseguir conquistas do que no governo de Mauricio Macri, que foi claramente um governo contra o ator sindical, contra o movimento obreiro organizado e a favor de todas as formas e possibilidades de flexibilização do trabalho, mas no qual a confrontação fez com que conseguissem maiores ganhos em alguns pontos do que em outros momentos. Isso é um dos paradoxos da história. Já no período de Mauricio Macri, o que nós vimos foi um forte impulso ao empreendedorismo na Argentina, ao discurso empreendedor, dando lugar a uma lei<sup>10</sup> que facilitou a multiplicação do empreendedorismo no país. Isso aparece sobretudo no aspecto discursivo, nesse ímpeto em exacerbar a ideia de que cada um é responsável e é digno e merecedor de acordo com suas próprias habilidades e esforços. Isso esteve muito em voga como discurso explícito do governo. Fizemos um trabalho<sup>11</sup> em que demonstramos que mesmo nas propagandas do Ministério do Trabalho era apresentado o sucesso de pequenos empreendedores, que começaram a fazer uma guitarra, ou de grandes *luthiers*, ou de pequenos vendedores de *choripan* ou de sanduíches, que agora têm uma rede. Isso marcou um antes e um depois no discurso estatal, que, no governo posterior, de Fernández, foi relativizado com o fato da pandemia. A pandemia colocou novamente o Estado em um lugar que havia perdido, tornando sua presença muito importante. Há uma diferença, aí, sim, do caso brasileiro. Durante a pandemia, o Estado teve um papel central no sustento dos setores mais desfavorecidos, garantindo-lhes uma renda mínima de subsistência. Porém, hoje, o papel que Javier Milei quer jogar, ou que o governo de Milei imprime sobre o mercado de trabalho, nos gera calafrios, porque o discurso com que chega ao poder não tem a ver só com desarmar o aparelho estatal, como diz claramente em todas suas declarações públicas, mas também com a necessidade de realizar a reforma trabalhista. Estamos todos convencidos de que falta uma reforma trabalhista na Argentina, mas esta nada tem a ver com a reforma trabalhista em que acredita o governo de Milei, que é a da flexibilização total das condições de trabalho, favorecendo aos grandes capitais e às grandes empresas de maneira escandalosa e deixando a classe trabalhadora totalmente indefesa. Isso é perceptível no capítulo sobre reforma trabalhista da *Ley Bases*, que acabou de ser aprovada pelo Senado<sup>12</sup>, mesmo que agora necessite ser

---

10 Refere-se a Lei n.º 27.345, conhecida como *Ley de Emergencia Social* (LES), aprovada em 14 de dezembro de 2016.

11 Ver artigo de Pablo Pérez e Mariana Busso (2020) intitulado *Jóvenes y emprendedorismo: discursos, políticas y trabajo independiente en la Argentina de Cambiemos*. Disponível em: <http://revele.uncoma.edu.ar/htdoc/revele/index.php/Sociales/article/view/2752>.

12 Lei n.º 27.742 aprovada em 12 de junho de 2024.

referendada novamente pela Câmara de Deputados. Aí, claramente, o Estado intervém dizendo que não vai intervir. E não há maior intervenção do que a não intervenção, porque, como sabemos, no que diz respeito ao mundo do trabalho, a relação é sempre assimétrica. O Direito do Trabalho define esta relação como assimétrica, e assim é. Então essa não intervenção é uma intervenção clara em favor do setor com maior poder no mercado de trabalho, que é o capital. Vamos ver as consequências em breve. O mais grave não é o articulado; o articulado é o concreto, o que diz a lei; o mais grave é o espírito da lei. O espírito da lei modifica os princípios básicos do Direito do Trabalho, desconhece a relação assimétrica do mercado de trabalho. Isso é o mais grave, porque começa a formar parte do sentido comum. Há uma transformação do que chamamos de condição do eu-trabalhador; o eu-trabalhador foi modificado em sua concepção subjetiva como ator do mercado de trabalho, no sentido de nos fazer crer que estamos em igualdade de condições para poder negociar. A história do Direito do Trabalho prova que isto não é assim; por isso é um direito com normas diferentes, com princípios diferentes.

#### 4. Atualmente, como se coloca a questão do empreendedorismo na Argentina?

Dizemos, hoje, que, com o governo de Mauricio Macri, deu-se, desde o plano discursivo, um papel central ao empreendedorismo em nosso país. Esse processo esteve acompanhado por um discurso neoliberal presente em todos os países do mundo e com força cada vez maior. Michel Foucault nos fez saber, desde as suas palestras no *College de France*<sup>13</sup>, como o discurso neoliberal se cola em diferentes plataformas políticas, o que temos visto em todos os nossos países, seja no norte ou no sul do planisfério. Nesse discurso neoliberal, o empreendedor é o ator econômico privilegiado deste momento histórico, mas não o é apenas no plano discursivo, pois se criam cada vez mais ferramentas para que isto se concretize. Na Argentina, isso se fez explícito no discurso governamental de Mauricio Macri, porém esteve presente nas últimas décadas em todos os governos; disso, nem os governos de Néstor e de Cristina, nem o de Alberto Fernández escaparam, mesmo que com diferentes ênfases, isto é, com diferentes tipos de políticas concretas de acompanhamento ao empreendedorismo. No governo de Mauricio Macri, o foco estava claramente sobre o empreendedorismo e os empreendedores; nos de Néstor e de Cristina, havia o apoio às micro e às pequenas empresas; e, no de Alberto Fernández, a economia popular era o

<sup>13</sup> Foucault, Michel. *Nacimiento de la biopolítica: curso en el Collège de France: 1978-1979*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

destaque. A economia popular também tem a ver, de alguma maneira, com o empreendedorismo pobre, ou seja, com este conjunto de trabalhadores que se veem privados ou impossibilitados de acessar um trabalho assalariado registrado e que, por seus próprios meios, geram diferentes formas de sobrevivência. O que, ao final do século passado e ao princípio deste, eram os movimentos dos trabalhadores desocupados<sup>14</sup>, aqueles que lutavam, que demandavam um trabalho registrado, transmutou, com o decorrer das décadas, no movimento de trabalhadores da economia popular<sup>15</sup>. Esse movimento de trabalhadores desocupados dos anos 2000, no fundo, era composto por trabalhadores da economia popular, porque de algo viviam, de algum modo geravam suas próprias rendas de subsistência, mesmo que de maneira mínima. Porém, não se reconheciam como trabalhadores de subsistência, pois ainda demandavam seu lugar no mercado de trabalho e se autoproclamavam desocupados. Com o passar dos anos, esses trabalhadores, que então se reconheciam e se colocavam como trabalhadores desocupados, demandantes de emprego, passam a se autodominar e proclamar trabalhadores da economia popular. Essa mutação fala da transformação do mercado de trabalho argentino, onde o trabalho reconhecido, esperado, desejado, que tradicionalmente foi o trabalho assalariado, transmuta-se em um trabalho, em um mercado de trabalho, onde o empreendedor pobre se autorreconhece como um trabalhador da economia popular e como parte do sistema econômico. Sem desmerecer, tudo o que estou dizendo é: esse reconhecimento dos trabalhadores e desta sustentabilidade da vida a partir de sua própria autogeração de renda, que também é muito importante para nós, rendeu um lugar diferente a estes atores no movimento de trabalhadores. Esses, que eram trabalhadores desocupados, são os atuais trabalhadores da economia popular. Hoje, eles conseguem ter um lugar distinto nas cenas política e econômica, porque agora sim são reconhecidos como atores econômicos, o que veio a acontecer, principalmente, depois da pandemia. Uma coisa que era diferente no momento dos trabalhadores desocupados, porque estes eram os que estavam

---

14 O movimento de trabalhadores desocupados surgiu no final do século XX, ocupando o lugar de ator político relevante na cena política-sindical da Argentina. Com o passar dos anos, foi dando lugar a outros movimentos, como o movimento de fábricas recuperadas, primeiro, e, na sequência, o movimento dos trabalhadores da economia popular. Sobre o movimento de desocupados, ver o artigo de Manzano (2020) intitulado *El movimiento de desocupados de Argentina: Entre la gestión colectiva de políticas neoliberales y la gestión colectiva de la vida*. Disponível em: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/171278/CONICET\\_Digital\\_Nro.dfo860a7-ffb8-4126-9651-14ac5ec9f160\\_B.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/171278/CONICET_Digital_Nro.dfo860a7-ffb8-4126-9651-14ac5ec9f160_B.pdf?sequence=2&isAllowed=y).

15 Ver o artigo de Federico González e Mariana Busso (2022), intitulado *Hacia el fortalecimiento de la economía popular en tiempos de pandemia*.

alienados, isto é, estavam fora do sistema econômico; hoje, eles são reconhecidos como parte da sustentabilidade deste sistema. É interessante ver esta mutação, que só pode ser entendida, quando se percebe que, por de trás dela, está o discurso do empreendedorismo; o empreendedorismo que não condena estes trabalhadores pobres da economia popular; o empreendedorismo que quer nos fazer crer que qualquer um de nós, qualquer um destes trabalhadores, qualquer um deles e delas que estão na economia popular, pode chegar a ser um Galperín<sup>16</sup>, um líder do Mercado Livre. Galperín sempre lembra de que começou em uma garagem e, hoje, é o dono de uma das maiores empresas da América Latina. Então, muitos dos que criam seus próprios meios de renda, de sobrevivência, sustentam-se no discurso empreendedor — e na ilusão — de ser um Galperín, isto é, de se tornar o líder de uma empresa internacional. E nós sabemos que isto é uma falácia. Enfim, hoje, o empreendedorismo está, claramente e novamente, dentro do discurso governamental. Os principais postulados com os quais Javier Milei chega ao poder têm a ver com dar um maior lugar ao empreendedorismo, com facilitar o registro de trabalhadores como contapropristas, entre outras facilidades ou impulsos ao empreendedorismo. Milei disse, muitas vezes, que o novo motor da economia argentina e do mercado de trabalho serão os empreendedores, desconhecendo as assimetrias, desconhecendo o lugar de cada parte. Esse desconhecimento, para mim, não é um desconhecimento; é um conhecimento total, associado a uma convicção do que se quer fazer; convicção velada pelo discurso meritocrático e empreendedorista.

## 5. No que diz respeito à legislação trabalhista e aos direitos trabalhistas e sociais, o que tem mudado nos últimos anos no caso da Argentina? Qual é o impacto da Lei de Bases no mundo do trabalho e o que ela representa?

Eu vou vincular a pergunta mais à Lei de Bases, que é o que, hoje, estamos discutindo na Argentina. Há alguns anos estamos falando sobre a necessidade de uma reforma trabalhista. Por quê? Porque vemos que o mercado de trabalho muda, transforma-se, flexibiliza-se, e as leis trabalhistas na Argentina ainda são protecionistas; ou eram protecionistas até estes dias. Isso gerava o que a direita chama de indústria de ações trabalhistas<sup>17</sup>. A mesma coisa acontece no Brasil e em quase todos os países do mundo. Assim, temos a direita, dizendo que é preciso diminuir a indústria de ações trabalhistas, e outros setores, dizendo que o que

<sup>16</sup> Faz alusão a Marcos Galperín, empresário argentino, mais conhecido como cofundador, presidente e CEO do Mercado Livre.

<sup>17</sup> Expressão usada para se referir a multiplicação de ações trabalhistas contra empregadores.

é preciso fazer é gerar maior poder ao Estado para que se tenha maior controle sobre o mercado de trabalho. Dessa maneira, caminhamos para uma legislação que se amolda cada vez mais à nova condição do mercado de trabalho, de maior flexibilização e precarização das condições de trabalho — como, por exemplo, a lei que acabaram de sancionar e que realiza uma profunda reforma trabalhista. Por sorte, essa reforma não foi, ou parece não ter sido, tão profunda como se queria. Em princípio, o Estado Nacional incluiu, na lei, 58 artigos sobre o que chamam modernização do mundo do trabalho na Argentina. Só com o título, nós, que fazemos Ciências Sociais, sabemos que atrás do nome modernização esconde-se a flexibilização e a precarização. Dos 58 artigos, só ficaram 17, sobre tudo graças à pressão das centrais sindicais e de alguns governadores *peronistas* vinculados ao movimento sindical. Nessa reforma trabalhista, ganha força e obtém o reconhecimento uma figura que tem a ver com o trabalhador independente, que pode ter até três “colaboradores”. Agora, não é um patrão que pode ter até cinco assalariados, como era dito antes com as micro e pequenas empresas, mas, sim, um trabalhador independente, ou seja, por conta própria, que poderá ter três ou cinco “colaboradores”, de acordo com a discussão que está sendo feita. Esse antigo patrão passa a ocupar este espaço de trabalhador independente. Em outras palavras, desconhece-se o vínculo, a relação trabalhista, entre eles. E digo e insisto com a ideia de “colaborador”, colocando colaborador entre aspas, que tem que se registrar como monotributistas<sup>18</sup>. Isso é uma inovação para o Direito do Trabalho argentino, pois, até agora — até que se promulgue a nova lei<sup>19</sup> —, reconhecia-se e se chamava presunção de existência de relação laboral, quando alguém fazia pagamentos sempre a uma mesma pessoa. Isso irá desaparecer com esta nova lei. Apesar de já estar desaparecendo de fato, agora vai estar lavrado em termos legais. Hoje, tudo o que tem a ver com o Direito do Trabalho está parado, à espera destas modificações. Essa é uma das principais transformações, pois esta ideia do “colaborador” não existia no Direito do Trabalho argentino; existia apenas nos anúncios, quando grandes empresas, como *Walmart* ou *Carrefour*, chamavam seus empregados de colaboradores. Muitas vezes, apareciam fotos de trabalhadores nas propagandas, que eram chamados colaboradores, mas, na realidade, eram assalariados. Isso acontece em muitos países do mundo, e agora é parte da lei argentina; isso é o mais significante. Essa é uma das principais

---

<sup>18</sup> O Monotributo é um regime simplificado de pagamento de impostos ao qual podem aderir os pequenos contribuintes. De forma unificada, paga-se ao Estado o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) e o imposto sobre renda, juntamente com as contribuições para a previdência e assistência social.

<sup>19</sup> A entrevista foi realizada no dia 18 de junho de 2024, dez dias depois, no dia 28, a chamada Lei de Bases foi aprovada e promulgada.

reformas. Outra reforma tem a ver com os meses do contrato de experiência. Antes, o período de experiência era de até três meses nas grandes empresas, que depois tinham que registrar os novos trabalhadores. Agora, esses três meses passaram a ser seis, para as grandes empresas, oito, para empresas com até cem trabalhadores, e até um ano de contrato de experiência em empresas de até cinco trabalhadores. Isso acontece junto com uma liberalização total com relação à obrigação de ter que registrar, porque também se liberaram as multas. Na verdade, não há retroatividade sobre as multas para quem não registrar e o período que você tem que indenizar é muito pequeno. Isso se flexibiliza de uma maneira absolutamente escandalosa. Tanto que se incorpora a ideia de demissão por discriminação, algo que anteriormente não era confuso na legislação argentina. Se a causa da demissão por discriminação fosse encontrada, o direito trabalhista argentino exigia a reincorporação deste trabalhador; agora, isso já não existe mais. Caso se defina que a demissão foi por discriminação, a necessidade de reincorporação do trabalhador ao mercado de trabalho não é uma obrigação por parte da empresa. Quando dizemos discriminação, dizemos por raça, religião, motivos políticos, etc. Agora, há uma leve multa e, sem mais, pode-se despedir o trabalhador. Outra coisa nova sobre as modificações da legislação tem a ver com o fato de facultar e dar mais ferramentas para os processos de terceirização do trabalho. Dizíamos que, no direito trabalhista, nos processos de terceirização, a empresa-mãe, a empresa-matriz, à qual se dirigia o produto ou o serviço, era a responsável, em última instância, pelas condições do trabalhador. Agora, ela não é mais; agora, cada trabalhador assalariado tem vínculo só com a empresa terceirizada e se rompe o vínculo de garantia, em última instância, da empresa matriz, do demandante deste bem ou serviço. Isso cria a multiplicação de condições de trabalho diferentes no mesmo espaço laboral. Quero dizer, qualquer empresa grande, fábrica, indústria, vai ter trabalhadores com diferentes contratos e condições de trabalho, dependendo da empresa terceirizada que os contratou. Sem dúvidas, isso vai precarizar ainda mais as condições de trabalho. Essa é outra das modificações implementadas pela lei que acabou de ser aprovada e que, de fato, já está funcionando; que, de fato, já existe. Outra grande modificação desta reforma trabalhista tem a ver com a geração do *Fondo de Cese Laboral*. Isso esteve para ser implementado no governo Macri, mas não foi. É algo como o trabalhador pagar pela sua própria demissão; o trabalhador gera um fundo, a partir de parte de seu salário, o qual serve como um fundo de *cese laboral*, uma garantia da rescisão do vínculo de trabalho. Não há uma indenização por demissão nos moldes como havia; essa indenização por demissão vai estar garantida por este *Fondo de Cese Laboral*. Isso vem impulsionado pelo que se chama *Fondo de*

*Cese Laboral* das empresas construtoras, digamos da *Unión Obrera de la Construcción de la República Argentina* (UOCRA), que, pela característica da intermitência do trabalho na construção, adotou o *Fondo de Cese Laboral*. Isso se generalizará no mercado de trabalho argentino. Essas são as principais reformas trabalhistas, que, para qualquer outro país latino-americano, não são nenhuma novidade. Hoje, posso estar falando da Argentina, mas, se a gente mudar da Argentina para o Brasil, será quase a mesma coisa. Eu digo que nossos países latino-americanos vão em diferentes velocidades e, às vezes, em diferentes momentos, mas todos vão atravessando um mesmo processo. Às vezes os governos aceleram ou desaceleram tais processos. No nosso caso, a flexibilização e a precarização foram aceleradas nos governos mais neoliberais e desaceleradas nos governos de corte *peronista*, mas não quer dizer que os desacelerados tenham ido contra os processos de precarização e de flexibilização. Temos visto que, tanto nos governos de Néstor e de Cristina, quanto no de Alberto Fernández, a precarização e a flexibilização do trabalho na Argentina não só não foram revertidas, como permaneceram em andamento, mesmo que de maneira desacelerada. Inclusive, diria que, em termos de trabalho estatal, de trabalho público, a precarização do trabalho foi característica dos governos de Néstor e de Cristina, assim como do de Fernández. A multiplicação de contratos precários foi o mais usual nos governos de caráter não neoliberal; não neoliberal no discurso, ao menos. Mas, o que vemos é que é uma unidade de princípios neoliberais que se sobrepõe aos governos discursivamente não neoliberais. Inclusive os governos que discursivamente não são neoliberais, levam em frente políticas neoliberais. Isso também podemos ver no Brasil. Eu diria isto sobre as transformações na legislação. A legislação vem acompanhando, dia a dia, os processos de flexibilização e de precarização e, sem dúvidas, ela vai se moldando. O que quer dizer que vai se moldando? É que os processos de fiscalização, assim como de sanções, ou seja, suspensões, multas, têm sido diluídos, da letra da lei às ações reais do Estado. Hoje, a letra da lei se faz evidente com a Lei de Bases, mas as ações do Estado foram, nas últimas décadas, demais e mais permissivas aos abusos do capital sobre o trabalho na Argentina; aqui e em outros países do mundo, especialmente em nossos países latino-americanos. Não é que outros países do mundo estejam alienados e que isto só aconteça na América Latina, mas isto ocorre ainda mais na América Latina, onde os níveis de vida e o poder aquisitivo da classe trabalhadora é pior, dia após dia, e a desigualdade, em termos de distribuição de renda, é cada vez maior. A desigualdade na Argentina aumentou de forma notória nos últimos anos. No que diz respeito às reformas trabalhistas, é isto. O direito trabalhista foi acompanhando as transformações do mundo do trabalho, e foi

legitimando estas transformações desde o aparelho estatal. Foi legitimando o lugar que estas vão ocupando; o lugar de maior preponderância e força do capital sobre o trabalho. Não é um fato menor. Uma coisa é acompanhar e se moldar, acomodar-se, reconhecer as transformações do mercado de trabalho; outra coisa é legitimar as novas condições deste mercado de trabalho. Porque o Direito do Trabalho tinha alternativas — essa não era a única — mas, ainda assim, seu lugar foi na legitimação das novas condições do mercado de trabalho, em que o capital se vê fortalecido e em que o trabalho vê diminuídas as suas margens de ação.

## 6. Como o conjunto de transformações ocorridas no mundo do trabalho e na sociedade afetaram os sindicatos argentinos? Quais são os desafios que se colocam ao sindicalismo?

As transformações ocorridas no mercado de trabalho argentino, desde meados do século passado até hoje, foram acompanhadas, todo o tempo, por mudanças que puseram em xeque o movimento obreiro organizado no país. Com a perda da centralidade do trabalhador industrial e assalariado, capitalista clássico, houve também uma perda de poder, relativa, da CGT e o surgimento de uma nova central sindical, que é a CTA. O surgimento da CTA não é nada mais do que a expressão de uma transformação do mercado de trabalho, em que os sindicatos dos serviços, os sindicatos dos trabalhadores do serviço público e os trabalhadores da economia popular reivindicam maior participação. O movimento de trabalhadores desocupados contribuiu para formar a Central de Trabalhadores Argentinos, assim como, por exemplo, os trabalhadores ladrilheiros e os trabalhadores da economia popular, que também fizeram parte deste movimento inicial. Então, o movimento sindical argentino se viu posto em questão pelas mutações do mercado de trabalho e foi se acomodando, pouco a pouco, aos novos atores do mercado de trabalho. Nos últimos anos, o ator que tem posto em xeque o sindicalismo argentino é o movimento de trabalhadores da economia popular, que cresceu muito. Ou seja, aqueles chamados movimentos de trabalhadores desocupados, as organizações sociais, em suas mais diversas formas, o movimento de fábricas e empresas recuperadas<sup>20</sup> e, também, de organizações sociais e populares que trabalham nos bairros, etc., foram reivindicando cada vez mais espaço e maior participação na cena política e se transformaram,

<sup>20</sup> O movimento de fábricas e empresas recuperadas tem sido forte e visível na Argentina, principalmente a partir da crise de 2001. Para mais, ver: Rebón, Julián. *La empresa de la autonomía. Apuntes acerca de la recuperación de empresas por sus trabajadores en Argentina*. OSAL, Observatorio Social de América Latina, Ano VII n. 21, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110411093540/14Rebon.pdf>.

pouco a pouco, em um ator político importante com o qual tanto a CGT quanto a CTA travaram diálogos. A partir daí, dentro do próprio movimento de trabalhadores da economia popular, alguns negociam e se associam à CGT, enquanto outros negociam e se associam à CTA. Tanto é assim que o movimento de trabalhadores da economia popular, como temos visto em seus discursos da última década, reivindicam ser parte da CGT, que é a confederação de trabalhadores, por excelência, formais, assalariados e das grandes indústrias, como as metalúrgicas, onde estão os grandes sindicatos do nosso país. Isso foi e ainda é um desafio ao sindicalismo argentino. Mas há outros, como, por exemplo, a proliferação de atividades por conta própria e do empreendedorismo nas suas mais diversas formas — desde aqueles empreendedores que, na verdade, representam formas ocultas de assalariamento, como os trabalhadores de plataformas, passando pelas pequenas ou micro atividades laborais de geração de renda. Tudo isto é um desafio ao sindicalismo argentino de hoje, porque são formas que escapam das configurações típicas de organização e de mobilização, escapam das interpelações do discurso sindical. O discurso, as apelações, as identidades mobilizadas pelas centrais sindicais estão colocadas em dúvida; estão colocadas em jogo. Atualmente, não é mais o trabalhador industrial, o trabalhador metalúrgico, o trabalhador assalariado, o trabalhador de grandes empresas. Hoje, cinquenta por cento da nossa força de trabalho vive de pequenas rendas, de pequenas atividades laborais, e isto é um grande desafio ao sindicalismo. Porque o que vem das centrais sindicais encontra dificuldades em mobilizar esta força de trabalho que mudou sua condição de eu-trabalhador, sua subjetividade. É a condição de eu-trabalhador que foi mudada, e é isto que está no coração do desafio aos sindicalismos argentino e latino-americano. Eu falo da Argentina, mas este é um desafio ao sindicalismo em geral. Tal desafio é muito forte no nosso país, em que o trabalhador assalariado, capitalista clássico, foi tão forte como ator político; não foi forte só no mercado de trabalho, mas, também, no imaginário social, pois a ideia de emprego para toda a vida era muito presente no imaginário argentino. Ái, sim, há uma diferença com relação a outros países latino-americanos. Nossos avós, das classes médias, foram pessoas que trabalharam em um emprego por toda a vida, logo a ideia de um trabalho para toda a vida não só estava no imaginário, como estava na realidade dos avós da grande maioria; não de todos, obviamente, mas da grande maioria dos trabalhadores e das classes médias argentinas. E isto foi muito forte no imaginário social. Isso, sim, foi transmutado; essa mudança modifica não só o eu-trabalhador, mas, também, as bases, os princípios identitários que mobilizam o sindicalismo do nosso país. Esse é o desafio. Então, hoje quem consegue mobilizar são, em parte,

os movimentos sociais da economia popular; porém, esses grupos estão, hoje, com o governo de Javier Milei, colocados em xeque. É possível ver como estão perdendo força dia após dia. Esse enfraquecimento está acontecendo porque há uma diminuição nas possibilidades de mobilização e de pressão, seja devido a meios repressivos concretos, seja devido à repressão discursiva, que é cada dia mais forte; isso gera desmobilização. Então, esse é mais um dos grandes desafios ao sindicalismo argentino. Como fazer frente a esta nova onda repressiva para poder ganhar poder de pressão? Historicamente, a pressão foi feita pelo movimento obreiro; a pressão estava nas ruas, nos piquetes — como ocorreu no princípio dos anos 2000 —, estava nos bloqueios de empresas. Agora, a pressão está no Parlamento, na Câmara dos Deputados, na Câmara de Senadores, na negociação política. Hoje, a grande pressão sindical tem a ver com uma pressão política palaciana, podemos dizer assim, e se dá nos grandes palácios governamentais. Claro, a possibilidade de pressão das ruas está presente. O movimento obreiro tem forte presença em protestos massivos nas ruas do nosso país. No entanto, o governo Milei vem, como vimos nas últimas semanas, com estratégias claramente armadas, planificadas, para desmobilizar, gerando um caos inventado. Isso não faz mais do que cortar as possibilidades de manifestação nas ruas e, pouco a pouco, reduzir a centralidade do poder sindical. Mas isto é como as cartas estão dadas; estamos jogando um novo jogo. Não queremos ser tão pessimistas; creio que o povo argentino, apesar de votar em Milei, apesar de apoiar estas reformas trabalhistas, tem uma certa memória, que está presente. Nos fatos, sabemos que o pessimismo pode primar, mas ainda temos o otimismo e a vontade.

## 7. Diante deste cenário, quais são as perspectivas com relação a trabalho e emprego para os jovens e para as novas gerações?

Para os jovens, hoje o que estamos vendo no mercado de trabalho é um antagonismo, uma situação polarizada entre jovens que passam da multiatividade à inatividade. Atualmente, isso é o que prima no mercado de trabalho de nosso país. Historicamente, o problema central do mercado de trabalho para os jovens foi a desocupação. Na Argentina, como em outros países do mundo, os jovens historicamente triplicam as taxas de desocupação dos adultos e duplicam as taxas de desocupação no mercado de trabalho, em nível agregado. Isso continua, no entanto, a desocupação caiu fortemente. A desocupação não explica, nem dá conta, dos problemas atuais do mercado de trabalho. Isso ocorre porque o problema do mercado de trabalho não é não ter trabalho e procurá-lo — o que define a

desocupação — mas os baixos salários, isto é, a escassa remuneração econômica das atividades laborais dos jovens. Isso posiciona os jovens entre uma situação de inatividade e de multiemprego, isto é, “se trabalho, tenho que ter muitos trabalhos para poder ganhar um mínimo de dinheiro para poder sobreviver”. Não estamos falando de uma boa renda, mas de um mínimo para poder sobreviver com um custo de vida altíssimo, em meio a uma inflação que modifica os preços de todos os bens necessários à sobrevivência de semana em semana. No trabalho de campo, os jovens nos dizem: “É por isto que eu não trabalho; prefiro estudar”, “Por este salário, por isto que me pagam, eu prefiro ficar na minha casa cuidando dos meus irmãos”. Há aqueles, por exemplo, que não trabalham nem estudam — em sua maioria, mulheres pobres —, que se responsabilizam pelas tarefas reprodutivas e de sustentação da vida dos setores populares, que cuidam, que cozinham e que levam os meninos e as meninas dos nossos bairros aos colégios. Eles estão fora do mercado de trabalho remunerado e esta inatividade esconde formas de sustentação da nossa sociedade, as quais dizemos que é necessário evidenciar, porque a sustentação da sociedade em seu conjunto seria impossível sem estas atividades. Então, temos este polo — digamos, um polo de multiatividade — de pequenas e de muitas atividades laborais cotidianas geradoras de renda, frente a situações de inatividade. Pelos salários praticados no mercado, alguns setores preferem basicamente as atividades de reprodução e de sustentação da vida, principalmente pobres e mulheres, mas também setores de jovens que, em determinados períodos, concentram-se em estudar. Na Argentina, temos uma universidade pública de acesso irrestrito, que facilita as condições de estudo, mesmo que esta facilitação não permita ou garanta o acesso de todos os setores a este espaço. Para os setores mais pobres da nossa sociedade, é quase impossível obter um título universitário; muitas vezes, esses acessam os estudos universitários, mas não permanecem neles; não podem se manter, porque estudar em uma universidade pública argentina implica dedicar mais de metade do tempo de seus dias e ter garantida uma certa renda, para não ter que trabalhar ou poder trabalhar de modo que possibilite acompanhar os estudos. Dizemos que, na Argentina, quem pode trabalhar e estudar são os membros dos setores médio-alto e alto. Os setores que mais precisam de renda econômica não podem articular trabalho e estudo no nosso país; ou eles trabalham ou estudam. Não é que os pobres não cheguem às nossas universidades, mas, quando acessam este espaço, para eles é ainda mais difícil trabalhar, porque os empregos que conseguem não lhes permitem a articulação entre o trabalho e o estudo. Aqueles que conseguem trabalhos que permitem tal articulação são os dos setores médio e médio-alto; aqueles que possuem vínculos familiares ou de amizade com os seus empregadores; aqueles cujos trabalhos lhes permitem se

ausentar nas semanas de exames, que lhes deixam estudar enquanto trabalham; enfim, que admitem várias situações sem as quais os estudantes trabalhadores não poderiam levar à frente seus cursos universitários. Quanto aos estudantes de setores mais pobres, os trabalhos que conseguem implicam uma carga de horas e de esforço físico incompatíveis com os estilos universitários de nosso país; totalmente incompatíveis. Então, temos um mercado de trabalho que possibilita a articulação entre trabalho e estudo para os indivíduos dos setores mais favorecidos e que impossibilita tal articulação para os públicos dos setores mais pobres, exacerbando ainda mais as dificuldades e as desigualdades, inclusive em um país em que a universidade é pública, gratuita e de acesso irrestrito. Essa desarticulação entre o sistema universitário e o mercado de trabalho faz com que as desigualdades se reproduzam. Então, quais são as perspectivas? Sem dúvidas, essa multiatividade, que é o polo do trabalho, e a inatividade. Há alguns anos, a bibliografia vinculada à multiatividade estava relacionada com determinados contextos de multiemprego, mas o que se vê na Argentina atual não se trata do fenômeno do pluriemprego; o que se vê são multiatividades de geração de renda, que, na maioria dos casos, não têm nada a ver com a figura do emprego, mas com atividades da esfera do trabalho, de geração de renda, as quais são cercadas pelos princípios do empreendedorismo. Hoje, podemos ver isto em qualquer entrevista feita com jovens. No ano passado, fizemos um trabalho de campo com entrevistas em profundidade com jovens e estes, em sua maioria, vislumbram um futuro laboral associado a situações de autossustento. Mas, claro, ainda está presente no imaginário social o desejo de um trabalho remunerado, assalariado, capitalista clássico; isso ainda está presente em alguns setores da nossa sociedade; mesmo que, para alguns, como mera ilusão, sabendo que tal realidade jamais chegará; ou seja, não é que a possibilidade de um trabalho assalariado tenha desaparecido do imaginário de nossos jovens, mas como possibilidade imanente se enfraquece; é um desejo, um horizonte. O que se vê é que os jovens estão cada vez mais nestas atividades de multiatividade, vinculadas ao empreendedorismo e ao contaproprismo em suas diversas formas, com rendas escassas, e, ainda, neste polo cada vez mais forte da inatividade. Isso é o que vemos na Argentina no caso dos jovens.

## 8. Diante do cenário de aumento da informalidade, de precarização do trabalho, quais formas de resistência a este cenário podem ser percebidas?

Bom, vamos tentar não ser pessimistas. Ainda não passou um ano do início do governo de Milei e é difícil pensar em um processo de resistência, mas é claro que existem possibilidades de que isto aconteça. Desde o início do século XXI,

as juventudes argentinas têm passado por um processo de politização; isso tem que ser reconhecido. Apesar das idas e vindas, apesar da diminuição da politização nos últimos anos, as juventudes argentinas foram politizadas. Nos governos de Néstor e de Cristina, houve um clima importante de politização das juventudes, que foram o grande ator que acompanhou estes governos. O principal ator que acompanha a figura de Cristina Kirchner são as juventudes politizadas *kirchneristas*, que são muito fortes. Isso não aconteceu anos antes. De toda maneira, acho que as resistências não vão vir pelos grandes atores mobilizados; quero dizer, não vão vir pelas grandes resistências, lamentavelmente; não vão vir só deste modo, em todo o caso. Vamos relativizar isto: as resistências não vão vir só das grandes centrais sindicais ou do ator sindical tal como nós o conhecímos até há algumas décadas, até os fins do século passado; elas vão vir como microrresistências. Eu ainda creio nas microrresistências, nas resistências produzidas desde os espaços de trabalho. Nesses espaços, ainda se vê certas microrresistências; claro, acompanhadas por fortes processos de adaptabilidade e de renúncia por parte de alguns setores. É daí que vem o meu otimismo. Não vejo que as grandes centrais sindicais estejam realmente a cargo de processos de resistência e de confrontação; sim, elas o farão, quem sabe no aspecto discursivo; vão haver algumas mobilizações grandes, sem dúvidas. Vai ser um ano de muitas paralisações e de mobilizações, mas acho que, no fundo, tenho um certo otimismo com as microrresistências e com a geração de novas figuras políticas daqui um tempo; não agora. Agora vem uma época de queda. Mas não dou por perdido. León Gieco, músico popular argentino muito conhecido e politicamente comprometido, disse, em uma canção, que “*todo está guardado en la memoria*”, e tudo está guardado na memória dos argentinos. Está guardada na memória dos argentinos esta perspectiva de ascensão social através da educação e do trabalho. Claro que, com o governo de Javier Milei, estamos pessimistas, nocauteados, tratando de entender o que está acontecendo. Muitos de nós, que fazemos Ciências Sociais, estamos hoje tentando entender o que está acontecendo; sem dúvida, trata-se de um processo muito mais profundo do que suspeitamos no começo, nós não estamos totalmente conscientes do que está acontecendo. Alguns são mais pessimistas e outros mais otimistas. Eu sempre guardo um certo otimismo para o futuro, sendo consciente de que o que vai acontecer nos próximos anos pode ser terrível para os setores populares do nosso país. Mas, assim como ficaram só 17 dos 58 artigos da reforma trabalhista que quiseram realizar, ou seja, o governo Milei queria aprovar uma lei com mais de 300 artigos, dos quais mais de 120 acabaram caindo, percebe-se que o seu poder não é total, que há alguma margem de negociação e que ainda há certas resistências. Essas são

as resistências, e acho que tem que valorizar isto. Está bem, passaram 17 artigos, são um monte e são centrais, não estou dizendo que é pouca coisa; mas tiveram que ajustar a reforma, isto é, tiveram que deixar de lado muitas das coisas que queriam modificar. Então, acho que vai ser um processo cheio de tensões, de conflitos, mas prefiro não ser completamente pessimista. A nossa história é uma história de ciclos, de ciclos econômicos e políticos. Se você olha a história da Argentina, é uma história de ciclos econômicos, de auge da economia do mercado interno e de queda do mercado interno. Agora, estamos em um claro processo de queda do mercado interno, clara queda do poder aquisitivo, clara queda do processo de redistribuição de renda. Nesse momento, a distribuição da riqueza em favor dos grandes capitais internacionais e de uma pequena minoria das classes altíssimas do nosso país vai ser tremenda. Mas eu acho que as classes média e trabalhadora argentinas não vão se dar por vencidas; acho que esse ciclo vai voltar. Estamos na fase da queda e acho que, uma vez mais, isso que estamos vivendo nestes dias, lamentavelmente, nós já vivemos em outros momentos da história. Eu tenho 48 anos e eu já vivi isto. Não é algo que meus avós me contaram; eu vivi isto. A perda de poder aquisitivo foi igual nos anos 2000. A perda do poder aquisitivo das classes médias, o desprestígio da Ciência, a queda do pressuposto científico, nós já vivemos isto. Isso não tira a importância do que está acontecendo, claro. Então de onde tirar o otimismo? Porque, se você vê as cartas sobre a mesa, são todas pessimistas. Onde está o otimismo? Está em poder olhar para o longo prazo e poder olhar para os ciclos econômicos e políticos que têm caracterizado a história, a sociedade e a economia do nosso país. É isto; é daí que tiro meu otimismo.

## Referências

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo, 2000. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2009a.
- ANTUNES, Ricardo. A erosão do trabalho. *Folha de S. Paulo*, [S. l.], n. p., 1 maio 2009b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0105200908.htm>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo, 2018.

- BUSSO, Mariana; GONZÁLEZ, Federico M.; BROWN, Brenda. La Economía Popular como actor económico. La construcción de su identidad colectiva en tiempos de Pandemia. In: DALLE, Pablo (Org.). *Estructura social de Argentina en tiempos de pandemia, vol. 2: Respuestas estatales, experiencias de trabajadoras/es y estrategias colectivas de resistencia en tres sectores estratégicos*. Buenos Aires, Imago Mundi, 2022. Disponible em: <http://iigg.sociales.uba.ar/2022/12/07/estructura-social-de-argentina-en-tiempos-de-pandemia-2/>.
- FOUCAULT, Michel. *Nacimiento de la biopolítica: curso en el Collège de France: 1978-1979*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2007.
- GONZÁLEZ, Federico; BUSSO, Mariana. Hacia el fortalecimiento de la economía popular en tiempos de pandemia. In: PÉREZ, Pablo e BUSSO, Mariana (Orgs.). *Economía, trabajo y pandemia: apuntes sobre modelo productivo y mercado laboral en Argentina*. Temperley, Tren en movimiento, 2022.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 2008.
- LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Roberto Veras de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 905-932.
- MANZANO, Virginia Lilian. El movimiento de desocupados de Argentina: Entre la gestión colectiva de políticas neoliberales y la gestión colectiva de la vida. *Revista de Antropología Social*. Madrid, v. 29, n. 2, 2020.
- PÉREZ, Pablo; BUSSO, Mariana. Jóvenes y emprendedorismo: discursos, políticas y trabajo independiente en la Argentina de Cambiemos. *Revista Pilquen. Sección Ciencias Sociales*. Viedma, vol. 23, n. 3, pp. 75-88, 2020. Disponible em: <http://revele.uncoma.edu.ar/htdoc/revele/index.php/Sociales/article/view/2752>.
- REBÓN, Julián. La empresa de la autonomía. Apuntes acerca de la recuperación de empresas por sus trabajadores en Argentina. OSAL, *Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires, Ano VII n. 21, 2006. Disponible em: <https://biboteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110411093540/14Rebon.pdf>.

Data de recebimento: 11 de setembro de 2024

Data de aceite: 04 de julho de 2025

### **Como citar este artigo:**

SILVA, Mayco Lima da; FERREIRA, Laura Senna. Empreendedorismo e reconfigurações do mundo do trabalho na Argentina: entrevista com a socióloga argentina Mariana Busso. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-21, e151368. Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1368>